



5.4.2022

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

apresentada na sequência de uma declaração do Vice-Presidente da Comissão / Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

nos termos do artigo 132.º, n.º 2, do Regimento

sobre as conclusões da reunião do Conselho Europeu de 24 e 25 de março de 2022, incluindo os últimos acontecimentos na guerra contra a Ucrânia e as sanções da UE contra a Rússia e sua aplicação (2022/2560(RSP))

**Michael Gahler, Rasa Juknevičienė, Željana Zovko, David McAllister, Paulo Rangel, Siegfried Mureşan, Sandra Kalniete, Jerzy Buzek, Andrius Kubilius, Radosław Sikorski, Vangelis Meimarakis, Traian Băsescu, Andrzej Halicki, Daniel Caspary, Isabel Wiseler-Lima, Antonio López-Istúriz White, Peter van Dalen, Vladimír Bilčík, Gheorghe-Vlad Nistor, Andrey Kovatchev, David Lega, Alexander Alexandrov Yordanov, Miriam Lexmann, Anna-Michelle Asimakopoulou, Eugen Tomac, Tomasz Frankowski, Liudas Mažylis, Ewa Kopacz, Janina Ochojska, Michaela Šojdrová, Aušra Maldeikienė, Elżbieta Katarzyna Łukacijewska, Milan Zver, Stelios Kympouropoulos, Inese Vaidere, Ioan-Rareş Bogdan, Vasile Blaga, Daniel Buda, Cristian-Silviu Buşoi, Gheorghe Falcă, Mircea-Gheorghe Hava, Marian-Jean Marinescu, Dan-Ştefan Motreanu, Sunčana Glavak, Arba Kokalari**  
em nome do Grupo PPE

**B9-0200/2022**

**Resolução do Parlamento Europeu sobre as conclusões da reunião do Conselho Europeu de 24 e 25 de março de 2022, incluindo os últimos acontecimentos na guerra contra a Ucrânia e as sanções da UE contra a Rússia e sua aplicação (2022/2560(RSP))**

*O Parlamento Europeu,*

- Tendo em conta as suas anteriores resoluções sobre a Rússia e a Ucrânia, nomeadamente a de 16 de dezembro de 2021, sobre a situação na fronteira ucraniana e nos territórios da Ucrânia ocupados pela Rússia<sup>1</sup>,
- Tendo em conta as declarações sobre a Ucrânia dos dirigentes do Parlamento Europeu, de 16 e 24 de fevereiro de 2022,
- Tendo em conta a declaração do Alto Representante, em nome da UE, de 24 de fevereiro de 2022, sobre a invasão da Ucrânia pelas forças armadas da Federação da Rússia,
- Tendo em conta as declarações do Presidente do Conselho Europeu e da Presidente da Comissão, de 24 de fevereiro de 2022, sobre a agressão militar sem precedentes e não provocada da Rússia contra a Ucrânia,
- Tendo em conta as recentes declarações do Presidente da Ucrânia e da Presidente da Comissão sobre a situação na Ucrânia,
- Tendo em conta a declaração do G7, de 24 de fevereiro de 2022,
- Tendo em conta a Declaração de Versalhes, de 11 de março de 2022,
- Tendo em conta as conclusões da cimeira do Conselho Europeu, de 24 e 25 de março de 2022,
- Tendo em conta as declarações do Presidente do Conselho Europeu e da Presidente da Comissão sobre as atrocidades descobertas principalmente nos subúrbios noroeste de Kiev libertados, em particular Bucha e Irpin,
- Tendo em conta o Memorando de Budapeste sobre Garantias de Segurança, de 1994,
- Tendo em conta os princípios de Nuremberga formulados pela Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, que definem o que constitui um crime de guerra,
- Tendo em conta o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de 17 de julho de 1998,
- Tendo em conta as conclusões do Conselho Europeu, de 24 de fevereiro de 2022,

---

<sup>1</sup> Textos aprovados, P9\_TA(2021)0515.

- Tendo em conta a Carta das Nações Unidas,
  - Tendo em conta a Ata Final de Helsínquia, de 1 de agosto de 1975, e os documentos subsequentes,
  - Tendo em conta o artigo 132.º, n.º 2, do seu Regimento,
- A. Considerando que, de acordo com a Carta das Nações Unidas e os princípios do Direito Internacional, todos os Estados gozam de igual soberania e devem abster-se, nas suas relações internacionais, de recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado;
  - B. Considerando que, em 21 de fevereiro de 2022, a Federação da Rússia reconheceu unilateralmente a independência dos territórios controlados pelas forças separatistas apoiadas pela Rússia em partes das regiões ucranianas de Donetsk e Luhansk, fazendo, efetivamente, letra-morta dos Acordos de Minsk;
  - C. Considerando que a Federação da Rússia lançou uma invasão não provocada e injustificada da Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022;
  - D. Considerando que a agressão militar contra a Ucrânia foi também lançada a partir do território ilegalmente ocupado da Crimeia e dos territórios separatistas de Luhansk e Donetsk, bem como de bases aéreas e das forças terrestres na Bielorrússia, para levar a cabo as ofensivas terrestres, os ataques com mísseis e a campanha aérea contra a Ucrânia;
  - E. Considerando que, até agora, a Ucrânia demonstrou um nível sem precedentes de resistência e resiliência e impediu a Rússia de atingir o seu objetivo inicial para a guerra, a ocupação de todo o país;
  - F. Considerando que a UE criou um mecanismo eficaz para entregar à Ucrânia armas dos seus Estados-Membros;
  - G. Considerando que a União Europeia adotou quatro pacotes de sanções contra a Federação da Rússia em resposta à sua agressão e invasão; que estas sanções incluem sanções individuais, medidas financeiras, sanções económicas, restrições aos meios de comunicação social, medidas diplomáticas e restrições às relações com as zonas não controladas pelo Governo ucraniano das províncias de Donetsk e de Luhansk; que as lacunas existentes nas sanções económicas comprometem a eficácia das sanções e ajudam a Rússia a financiar a sua invasão da Ucrânia; que os contratos celebrados antes da entrada em vigor das sanções podem ainda ser cumpridos;
  - H. Considerando que, só em 2020, os Estados-Membros da UE enviaram mais de 64 mil milhões de euros em pagamentos de combustíveis fósseis à Rússia; que, atualmente, a UE paga mais de 600 milhões de euros por dia à Rússia pelo fornecimento de combustíveis fósseis, o que representa 220 mil milhões de euros por ano, ou seja, o equivalente a três vezes o orçamento anual de defesa da Rússia;
  - I. Considerando que a proibição das importações de combustíveis fósseis provenientes da Rússia teria um impacto no crescimento económico da UE que corresponderia a um nível de perdas estimadas de menos de 3% do PIB, enquanto as perdas potenciais para a

economia russa no mesmo período representariam 30% do PIB e seriam fundamentais para pôr termo à agressão russa;

- J. Considerando que, em 10 de março de 2022, o Conselho Europeu registou que a Ucrânia tinha apresentado o seu pedido de adesão à União Europeia, concluiu que o Conselho tinha agido rapidamente e convidou a Comissão a apresentar o seu parecer sobre este pedido em conformidade com as disposições aplicáveis dos Tratados; que o Conselho Europeu concluiu que, entretanto e sem demora, a UE reforçaria ainda mais os seus laços e a sua parceria para apoiar a Ucrânia na prossecução da sua trajetória europeia e salientou que a Ucrânia pertence à nossa família europeia;
  - K. Considerando que há cada vez mais relatos de atrocidades russas que foram cometidas contra a população civil, incluindo execuções, violações e raptos; que, nas cidades libertadas de Bucha e Irpin, nos arredores de Kiev, foram descobertas valas comuns, incluindo corpos de civis mortos à queima-roupa com as mãos atadas atrás das costas;
  - L. Considerando que o Procurador-Geral do Tribunal Penal Internacional abriu uma investigação sobre a situação na Ucrânia com base em alegados crimes de guerra e crimes contra a humanidade;
  - M. Considerando que mais de 4 milhões de pessoas saíram da Ucrânia desde o início da guerra, procurando refúgio principalmente na Polónia, na Roménia, na Hungria, na Eslováquia e na República da Moldávia; que há quase 6,5 milhões de pessoas deslocadas internamente na Ucrânia;
  - N. Considerando que quase 500 empresas e sociedades internacionais optaram por suspender as suas atividades na Rússia ou retirar-se completamente do mercado russo; que algumas das que inicialmente decidiram permanecer foram confrontadas com um boicote dos consumidores, que as forçaram a reverter as suas decisões;
1. Reitera a sua condenação com a maior veemência possível da agressão militar ilegal, não provocada e injustificada da Federação da Rússia contra a Ucrânia e a invasão deste país, bem como o envolvimento da Bielorrússia nesta agressão;
  2. Exige que a Federação da Rússia ponha imediatamente termo a todas as ações militares na Ucrânia, retire incondicionalmente todas as forças militares e paramilitares, assim como o equipamento militar, de todo o território internacionalmente reconhecido da Ucrânia, e respeite plenamente a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas;
  3. Condena com a maior veemência o massacre de civis cometido pelas forças russas em Bucha, Irpin e outras cidades; exige que os responsáveis respondam à justiça; solicita uma investigação internacional independente;
  4. Sublinha que a agressão e invasão militares constituem uma grave violação do Direito Internacional, em particular da Carta das Nações Unidas, e exorta a Federação da Rússia a voltar a cumprir as suas responsabilidades de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança e a respeitar os compromissos assumidos ao abrigo da Ata Final de Helsínquia, da Carta de Paris para uma Nova Europa e do Memorando de Budapeste; considera que a invasão russa da

Ucrânia constitui um ataque, não só contra um país soberano, mas também contra os princípios, o mecanismo de cooperação e segurança na Europa e a ordem internacional assente em regras, tal como definido na Carta das Nações Unidas;

5. Reitera que as entregas de armas devem prosseguir e ser intensificadas para permitir que a Ucrânia se defenda eficazmente; congratula-se, neste contexto, com a utilização eficaz do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz; solicita aos Estados-Membros que aumentem o orçamento deste mecanismo;
6. Solicita que sejam criados corredores humanitários seguros para evacuar os civis que fogem dos bombardeamentos e que as redes de ajuda humanitária da UE na Ucrânia sejam reforçadas (incluindo combustível, alimentos, medicamentos, abastecimento de água potável, geradores de energia e campus móveis); sugere que a Comissão introduza regimes de ajuda entre pares para a Ucrânia a fim de aumentar a eficácia da assistência;
7. Solicita que sejam abertos corredores terrestres verdes para transportar para a Ucrânia o que for necessário para aumentar a produção agrícola (por exemplo, pesticidas e fertilizantes) e para transportar da Ucrânia todos os produtos agrícolas que ainda podem ser exportados;
8. Solicita que seja imposto um embargo imediato ao petróleo, carvão e combustível nuclear russos; reitera o seu pedido de que seja imposto um embargo ao gás o mais rapidamente possível; solicita à UE que trabalhe imediatamente para eliminar a sua dependência dos combustíveis fósseis russos; reitera que a UE não deve ser cúmplice no financiamento da guerra russa; solicita à Comissão que tome as medidas necessárias para atenuar os danos potenciais para a economia europeia resultantes do embargo;
9. Recorda que os bancos e instituições financeiras russos que estão associados ao comércio de petróleo, carvão e gás devem ser excluídos do sistema SWIFT quando um embargo for aplicado;
10. Exige que as sanções contra a Bielorrússia sejam idênticas às que foram introduzidas contra a Rússia para colmatar todas as lacunas que permitam a Putin utilizar a ajuda de Lukashenko para contornar as sanções;
11. Exige que sejam introduzidas sanções secundárias contra todas as entidades da UE e de países terceiros que ajudem os regimes russo e bielorrusso a contornarem as sanções;
12. Solicita que a proibição do transporte rodoviário de mercadorias de e para os territórios da Rússia e da Bielorrússia e a proibição da entrada de navios russos nos portos da UE sejam incluídas no novo pacote de sanções; sugere que a proibição das exportações seja alargada às entregas que foram contratadas antes da entrada em vigor das sanções, mas que ainda não foram totalmente concluídas;
13. Reitera a sua opinião de que as sanções só devem ser levantadas quando o último soldado das forças de ocupação russas e das forças apoiadas pela Rússia tiver abandonado o território ucraniano e quando tiver sido celebrado um acordo com o Governo constitucional ucraniano;
14. Sublinha que a reação da UE e o seu empenhamento político devem responder a este

desafio hostil e corresponder aos esforços dos nossos parceiros ucranianos, que partilham das nossas ideias, e que lutam e se sacrificam pelos valores e princípios europeus, cujo alcance vai além dos Estados que compõem atualmente a UE;

15. Congratula-se com a Declaração de Versalhes do Conselho Europeu, nos termos da qual a Ucrânia é um membro da nossa família europeia; reitera que, na sequência da apresentação oficial pela Ucrânia do seu pedido de adesão à UE, as instituições da UE devem trabalhar para conceder imediatamente à Ucrânia o estatuto de país candidato, como sinal político claro do nosso empenhamento e para evitar que as legítimas aspirações da Ucrânia e dos seus cidadãos sejam vítimas das exigências hostis russas que os confrontam atualmente; reitera, além disso, que as instituições devem trabalhar para uma integração acelerada da Ucrânia no mercado único, de acordo com a fórmula «tudo, menos as instituições» e nas linhas do Acordo de Associação;
16. Solicita que se inicie o trabalho sobre um fundo semelhante ao Plano Marshall para reconstruir a Ucrânia após a guerra, lançar um programa de investimento maciço e libertar o seu potencial de crescimento; considera que o fundo deve ser generoso e ser financiado, nomeadamente, pela UE, pelos seus Estados-Membros, pelas contribuições dos doadores e pela compensação paga pela Rússia pelos danos de guerra, incluindo os bens russos confiscados em virtude das sanções em conformidade com o direito internacional;
17. Reitera os seus anteriores apelos em prol de uma eliminação da dependência energética dos combustíveis fósseis russos através da diversificação das fontes de energia, incluindo a expansão dos terminais e das rotas de abastecimento de gás natural liquefeito, da separação do armazenamento de gás e do aumento da eficiência energética e da aceleração da transição para energias limpas; solicita que se inicie o trabalho para a criação de uma união do gás, baseada na aquisição comum de gás pelos Estados-Membros;
18. Manifesta a sua indignação com os crimes de guerra cometidos pela Federação da Rússia na Ucrânia e o bombardeamento indiscriminado das infraestruturas civis, incluindo hospitais, ambulâncias, escolas, jardins de infância e abrigos, bem como com a perda de vidas e o sofrimento humano causados pela agressão russa;
19. Solicita que as instituições da UE tomem todas as medidas necessárias nas instituições e procedimentos internacionais e no Tribunal Penal Internacional ou noutros tribunais internacionais competentes para qualificar legalmente as ações de Putin e Lukashenko como crimes de guerra e crimes contra a humanidade, e a participarem ativamente na sua investigação e perseguição;
20. Solicita a criação de um tribunal especial das Nações Unidas para os crimes na Ucrânia; considera que seria pertinente tirar partido do mecanismo internacional, imparcial e independente para apoiar as eventuais investigações internacionais sobre os crimes de guerra cometidos na Ucrânia;
21. Apoia o pedido das autoridades ucranianas para que o Conselho de Segurança das Nações Unidas tome imediatamente medidas para desmilitarizar a zona de exclusão da central nuclear de Chernobil e permitir que a Agência Internacional da Energia Atómica assuma imediatamente o controlo total da central nuclear para eliminar o risco de uma repetição do desastre nuclear de Chernobil;

22. Solicita aos Estados-Membros que expulsem os embaixadores russos dos seus países e minimizem tanto quanto possível a presença diplomática russa;
23. Encarrega a sua Presidente de transmitir a presente resolução ao Vice-Presidente da Comissão / Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, ao Conselho, à Comissão, aos Governos e Parلامentos dos Estados-Membros, às Nações Unidas, ao Conselho da Europa, à Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, bem como ao Presidente, ao Governo e ao Parlamento da Ucrânia e ao Presidente, ao Governo e ao Parlamento da Federação da Rússia.